

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone : 5517 700

Fax : 5 5130 36

website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sessão Ordinária
23-27 de Janeiro de 2012
Adis Abeba, Ethiopia

EX.CL/687(XX)iii
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE REFUGIADOS, REGRESSADOS E
DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE REFUGIADOS, REGRESSADOS E DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O Subcomité do CRP sobre Refugiados, Regressados e Deslocados Internos, juntamente com a Comissão da União Africana e em colaboração com os Parceiros da UA, implementou com sucesso os Programas de Actividades para 2011 e levou a cabo outras situações de emergência.

II. ACTIVIDADES

Missões do Subcomité do CRP sobre Refugiados, Regressados E Deslocados Internos

2. O Subcomité do CRP sobre Refugiados, Regressados e Deslocados Internos visitou a Etiópia, a Côte d'Ivoire e a Tunísia entre Agosto e Novembro de 2011. Ele avaliou a situação humanitária de deslocados forçados. Realizaram-se discussões exaustivas com funcionários de governos, representantes da UA e organizações humanitárias que operam no terreno, bem como com refugiados, regressados e pessoas deslocadas internamente.

3. Em 14 de Agosto de 2011, uma delegação composta pelo Subcomité do CRP sobre Refugiados, Regressados e Deslocados Internos, a Comissão, o embaixador Canadiano, que era presidente do Grupo dos Parceiros da UA, o embaixador dos Estados Unidos junto da UA, funcionários do Governo da Etiópia, ACNUR e PAM, visitou o campo de refugiados de Dolo-Ado, na zona sul da Etiópia que acolhe uma população de refugiados somalianos com mais de 130.000 pessoas. O propósito da missão foi de avaliar a situação humanitária no terreno, como parte do esforço da UA para assistir as vítimas da seca e da fome no Corno da África. A delegação testemunhou as condições precárias em que chegam novos refugiados, em especial as crianças, e os esforços envidados pelo governo e as organizações humanitárias para fazer face a tal situação. Constatou-se que a situação era grave, porque milhares de refugiados estavam apinhados em campos superlotados com necessidades básicas.

Missão ao Côte d'Ivoire

4. O Subcomité do CRP sobre Refugiados, Regressados e Deslocados Internos (DI) realizou uma missão ao Côte d'Ivoire de avaliação da situação no terreno, de 31 de Outubro a 6 de Novembro de 2011. A missão humanitária mais recente para o Côte d'Ivoire ocorrera em Dezembro de 2009, durante a qual foram registados alguns progressos e milhares de deslocados internos e refugiados ivorienses tinham começado a regressar à pátria. Contudo, a crise que se seguiu a segunda volta das eleições presidenciais de Dezembro de 2010 até à investidura do novo governo, em Abril de 2011, causou novas deslocações de populações.

5. Com a relativa normalidade que hoje prevalece, as autoridades governamentais assinaram acordos tripartidos com a Libéria, o Gana e o ACNUR, a fim de facilitar o repatriamento voluntário de refugiados ivorianos destes países vizinhos.

6. Além disso, num esforço de coordenação conjunta, os actores humanitários na Côte d'Ivoire lançaram um apelo consolidado com base nas avaliações das necessidades e prioridades multi-sectoriais das populações afectadas. Os objectivos a seguir foram definidos com o intuito de fazer face à situação humanitária, com vista a melhorar as condições de vida e protecção da maioria das populações afectadas, incluído as PDI, comunidades acolhedoras e outros grupos vulneráveis, enquanto se procura assegurar o acesso aos serviços básicos, de modo a facilitar o regresso voluntário para as zonas protegidas, enquanto se buscam soluções duradoiras para reduzir o risco e mitigar os efeitos de possíveis novas crises, através de programas de reconciliação.

7. Durante esta visita o Subcomité do CRP sobre Refugiados, Regressados e Deslocados Internos fez a entrega de contribuição para Côte d'Ivoire no valor de 100,000 \$EU (cem mil dólares americanos) em apoio à reintegração dos regressados; para além da contribuição anterior de 125.000 \$EU para os refugiados ivorienses que vivem na Libéria e na Sierre Leone.

Missão à Tunísia

8. O Subcomité do CRP sobre Refugiados, Regressados e Deslocados Internos empreendeu uma missão de avaliação da situação à Tunísia, de 16 a 21 de Novembro de 2011. A delegação reuniu-se com funcionários nacionais, bem como com vários parceiros que tratam da situação de refugiados no país.

9. Mais especificamente, a delegação reuniu-se com o Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, S. Excia. Radhouane Nouicer, o Directores-geral de Cooperação Internacional e Tunisinos na Diáspora no Ministério de Desenvolvimento Social e funcionários do Ministério da Defesa. Todos os funcionários nacionais deram dados importantes sobre a situação dos refugiados, a qual o país vivia pela primeira vez na sua história.

10. A delegação reuniu-se também com o coordenador residente da ONU, representantes do Grupo de Apoio Humanitário e, subsequentemente, tentou efectuar uma visita ao único campo restante, o Campo de Shousha, na parte sul do país. A delegação deixou Tunis para Zarsis, cerca de 700 Kms da capital, mas não foi capaz de visitar o campo de Shousha, que dista a 7 Km da fronteira com Líbia, devido a relatos de falta de segurança. Em vez da visita ao campo, a delegação optou por visitar uma família de refugiados urbanos líbios de seis membros, que estava na cidade de Zarsis. Todavia, a delegação entregou o cheque de 100.000 \$EU, destinado a apoiar as operações do ACNUR, ao Chefe do seu Subescritório em Zarsis, Sr. Narsir Fernandes. O Grupo Interagências em Zarsis, composto pela OIM, PAM, UNICEF, DRC e Organização Islâmica de Socorro também prestou informações à delegação.

Finalmente, a delegação reuniu-se com o Sr. Nabil Ferjani, Governador da Administração de Medenine.

11. Quase que não existia nenhuma situação de refugiados na Tunísia, com apenas cerca de 100 casos registados no país. Por isso, o fenómeno de refugiados não constituía nenhuma preocupação real das autoridades nacionais. O país não possui nenhum quadro jurídico para o asilo, nem tem meios para implementar um mecanismo de asilo. Ora, isto implica que, com um fluxo em massa de pessoas que o país actualmente enfrenta, o ACNUR tinha que lidar com todos os casos de determinação do estatuto de refugiado, que normalmente é um exercício da competência das autoridades nacionais.

12. O Campo de Refugiados de Shousha, actualmente com cerca de 3.600 residentes, é o único que resta no país. A maioria das pessoas que lá se encontram está à espera de reassentamento noutros países, principalmente os EUA, a Noruega, a Finlândia, a Irlanda, os Países Baixos, a Dinamarca e a Suécia. A primeira parte deste processo é a Determinação do Estatuto de Refugiado. Do número que se encontra no Campo de Shousha, mais de dois terços foram reconhecidos como refugiados. Existem aqueles que tinham visto o seu pedido de asilo rejeitado e actualmente estão a receber aconselhamento, incluindo o conselho de optar por regressar aos seus países de origem.

13. Cerca de 120 menores não acompanhados e separados encontram-se no Campo de Shousha juntamente com outras pessoas vulneráveis, tais como mulheres em risco, idosos e algumas pessoas portadoras de deficiência. As agências das Nações Unidas estão a facilitar a prestação de uma assistência adequada para o grupo, incluindo a determinação do melhor interesse das crianças.

14. O Governo e povo da Tunísia merecem elogios pelo seu acto de generosidade e hospitalidade demonstradas ao povo líbio durante a crise. O povo tunisino acolheu os cidadãos líbios, desde a travessia da fronteira, e ofereceu-lhes alojamento, reduzindo assim as pessoas instaladas no campo. Esta demonstração de hospitalidade foi também devido a afinidade cultural e relacionamento filial que existiam entre as duas comunidades antes da crise.

15. Dada a situação que se vivia no país no capítulo da protecção e do asilo dos refugiados antes da crise, que levou ao súbito fluxo de refugiados e de outras pessoas que causam preocupação na Tunísia, constatou-se que não havia um quadro jurídico apropriado de asilo, que pudesse ser usado para resolver a situação originada pela crise. Além disso, o país não estava preparado para receber o número de refugiados e, portanto, não era capaz de os processar eficazmente através de registo perfis e determinação do estatuto.

16. Também constatou-se que os campos que existiam estavam localizados muito próximo da fronteira com Líbia. Constatou ainda que a situação estava ligada ao facto de que a resposta inicial, que levou ao fluxo de refugiados que teve lugar, estava sob

controlo directo do exército, que, de forma geral, oferecia o socorro apropriado aos refugiados, dentro das suas possibilidades.

17. As autoridades tunisinas são encorajadas a criar um quadro jurídico abrangente e um processo eficaz de determinação de refugiados no campo da protecção e, em particular, do asilo.

Reuniões

18. Sendo um dos membros do Comité Director sobre a Primeira Conferência de Doadores da União Africana sobre a Seca e a Fome no Corno de África, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em 25 de Agosto de 2011, a Mesa do Subcomité do CRP sobre os Refugiados participou em várias reuniões preparatórias do Comité.

19. O Subcomité participou também em pleno na reunião que mobilizou e sensibilizou o povo africano sobre o estado da seca e da fome, que afectou a população do Corno de África, subordinada ao tema “Uma África – Uma voz Contra a Fome”. A referida reunião realizou-se em Adis Abeba, Etiópia, em 25 de Agosto de 2011.

20. O Presidente do Subcomité do CRP sobre os Refugiados, juntamente com a Comissão da União Africana, participou na 62ª Sessão da Comissão Executiva do Programa do Alto Comissário (EX-COM) de 3 a 8 de Outubro de 2011.

21. A reunião realçou a importância do compromisso colectivo em relação à noção de protecção e enfatizou o valor da solidariedade, cooperação e partilha do fardo. Esta ênfase foi dada por causa dos acontecimentos na Côte d’Ivoire, na Líbia e na Somália. Os Estados-membros elogiaram a generosidade e a solidariedade demonstradas pelos países vizinhos, ao acolherem os refugiados que enfrentavam complexas situações de emergência. Além disso, os Estados africanos reconheceram, em particular, um ambiente cada vez mais complexo, no qual o ACNUR realiza as suas funções, e salientou que havia necessidade do ACNUR coordenar com outras agências, em particular a OCHA.

22. A delegação reuniu-se também com o Grupo de Embaixadores Africanos e com vários parceiros da UA e realizou debates exaustivos sobre a forma de melhorar a protecção e assistência das vítimas de deslocação forçada no continente.

23. Alguns embaixadores, em representação das cinco regiões, que também eram membros do Subcomité do CRP sobre os Refugiados, realizaram uma reunião informal de grupos regionais com o ICRC, no dia 25 de Outubro de 2011, em preparação para o Seminário Bienal Conjunto UA/ICRC, ocorrida em 14 de Novembro de 2011.

24. A Subcomissão participou num Seminário Conjunto UA/ICRC realizado em Adis Abeba, Etiópia, em Novembro de 2011, subordinado ao tema “Protecção de Civis Durante Conflitos Armados e Outras Situações de Violência em África”. O Subcomité fará o acompanhamento de recomendações para fins de implementação.

25. O Subcomité participou nas reuniões consultivas regionais sobre a implementação do Plano de Acção relativa a Cimeira Especial sobre Refugiados, Regressados e Deslocados Internos, incluindo a promoção da Convenção da UA sobre DIs.

26. A Subcomissão também participou na comemoração do 60º Aniversário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e no 50º Aniversário da Convenção sobre a Redução dos Apátridas, comemorados em Genebra, de 7 a 8 de Dezembro de 2011.

Promoção da Assinatura, Ratificação e Recepção da Convenção da UA sobre a Protecção e Assistência aos Deslocados Internos

27. O Subcomité defendeu e encorajou os Estados membros, durante as suas missões e em várias reuniões, conferências e fóruns a assinar, ratificar e enquadrar no regime jurídico interno a convenção sobre DIs. Na altura da elaboração do relatório, trinta-e-dois Estados membros assinaram a convenção; sete ratificaram-na e outros sete depositaram o instrumento junto da Comissão. O Subcomité continuará ao longo do ano com o seu papel de promoção, de modo que a Convenção entre em vigor em 2012.

III. CONCLUSÃO

28. Em várias missões, reuniões, conferências e seminários, o Subcomité sobre os Refugiados salientou a importância de todos os Estados-membros implementarem o Plano de Acção, que emanou da Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana sobre os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos em África, porque ele possui todos os elementos necessários para resolver as causas fundamentais e os desafios da deslocação forçada, em busca de soluções duradouras para o problema.

29. Portanto, o Subcomité do CRP sobre os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos, juntamente com a Comissão da União Africana e em colaboração com os parceiros da UA, continuará a prosseguir a implementação do Plano de Acção conforme mandatado pelos Chefes de Estado e de Governo.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2011

Report of the sub-committee on refugees, returnees, and internally displaced persons in Africa

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4115>

Downloaded from African Union Common Repository